

# **RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.**

Relatório e Contas  
31 de dezembro de 2012

**RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.**

PASSEIO ALEGRE, 624 • 4169-002 PORTO • PORTUGAL • TEL. +351 226 190 500 • FAX +351 226 190 529 • [info@rar.com](mailto:info@rar.com) • [www.rar.com](http://www.rar.com)  
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS • CAPITAL SOCIAL EUR 37 500 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO/N.I.P.C. 501 256 083

## **ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>4</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>10</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>37</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>40</b>

## RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012

Dando cumprimento ao disposto na Lei e nos Estatutos, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação do Acionista o Relatório de Gestão e a Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012.

As participações Financeiras em Empresas do Grupo estão registadas pelo valor de aquisição sendo efetuada uma avaliação destes investimentos quando houver indícios de que o ativo possa estar em imparidade.

O Ativo Total atingiu, aproximadamente, 409 milhões de euros, sendo que os investimentos financeiros representam cerca de 28%.

O Capital Próprio atingiu 188 milhões de euros, tendo-se registado um Resultado Líquido do Exercício negativo de 789 milhares de euros.

Os comentários relativos à atividade das empresas controladas direta e indiretamente pela RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A., foram incluídos no relatório de gestão que acompanha as contas consolidadas.

Informa-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício negativo, no valor de 789.473 Euros, seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

Porto, 15 de março de 2013

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva

João Alberto de Lima Martins Pereira

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas	2012	2011
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	780.201	964.542
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos em empresas do grupo e associadas	7	114.397.131	114.397.131
Investimentos em empresas participadas	8	1.674.089	1.674.089
Ativos por impostos diferidos	9	-	-
Outros ativos não correntes	10	197.825.484	194.516.672
Total de ativos não correntes		314.676.905	311.552.434
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	11	324.639	318.602
Estado e outros entes públicos	12	19.102	13.535
Outras dívidas de terceiros	13	93.421.825	94.215.205
Outros ativos correntes	14	46.891	38.724
Caixa e equivalentes de caixa	15	39.409	9.520
Total de ativos correntes		93.851.866	94.595.586
Total do ativo		408.528.771	406.148.020
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	16	37.500.000	37.500.000
Prestações suplementares	16	25.000.000	-
Reservas legais	16	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	16	57.829	57.829
Outras reservas		68.179.280	68.179.280
Resultados transitados		50.895.973	52.211.007
Resultado líquido do exercício		(789.473)	(1.315.034)
Total do capital próprio		188.343.609	164.133.082
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obrigacionistas	18	9.000.000	29.000.000
Credores por locações financeiras	19	129.416	186.047
Outros empréstimos	20	114.360.185	127.770.342
Passivos por impostos diferidos	9	9.969	14.292
Total de passivos não correntes		123.499.570	156.970.681
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	17	23.487.269	35.141.424
Credores por locações financeiras	19	86.723	110.752
Outros empréstimos	20	10.000.000	-
Fornecedores	21	1.746.313	1.550.670
Estado e outros entes públicos	22	543.221	366.031
Outras dívidas a terceiros	23	60.481.428	46.455.297
Outros passivos correntes	24	340.638	1.420.083
Total de passivos correntes		96.685.592	85.044.257
Total do capital próprio e passivo		408.528.771	406.148.020

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2012	2011
Rendimentos operacionais:			
Prestações de serviços	28	4.513.542	5.053.874
Outros rendimentos operacionais	29	897	26.613
Total de rendimentos operacionais		4.514.439	5.080.487
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	30	1.977.035	2.203.674
Gastos com o pessoal	31	2.415.024	2.436.534
Amortizações e depreciações	5 e 6	227.178	288.959
Outros gastos operacionais	32	43.558	416.561
Total de gastos operacionais		4.662.795	5.345.728
Resultados operacionais		(148.356)	(265.241)
Rendimentos financeiros	33	30.672.119	20.664.100
Gastos e perdas financeiras	33	25.520.941	18.345.617
Resultados relativos a empresas associadas	34	(4.314.808)	(2.519.057)
Resultado antes de impostos		688.014	(465.815)
Imposto sobre o rendimento	35	1.477.487	849.219
Resultado líquido do exercício		(789.473)	(1.315.034)
Resultados por ação:			
Básico	36	(0,02)	(0,04)
Diluído	36	(0,02)	(0,04)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido do período	(789.473)	(1.315.034)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros	-	-
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u><u>(789.473)</u></u>	<u><u>(1.315.034)</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva



RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euro)

<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recebimentos de clientes		4.507.504	4.736.482
Pagamentos a fornecedores		1.782.242	1.257.868
Pagamentos ao Pessoal		2.603.973	2.325.309
Fluxos gerados pelas operações		121.289	1.153.305
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(825.903)	(802.239)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(526.173)	(945.307)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(1.230.787)</u>	<u>1.123.826</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativo fixos tangíveis		2.340	22.993
Empréstimos concedidos	27	144.890.010	89.472.828
Juros e ganhos similares		6.432.808	2.155.109
Dividendos		1.182.719	840.694
		<u>152.507.877</u>	<u>92.491.624</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	950.000
Ativo fixos tangíveis		12.843	88.998
Empréstimos concedidos	27	144.988.520	142.054.332
		<u>145.001.363</u>	<u>143.093.330</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>7.506.514</u>	<u>(50.601.706)</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		389.576.957	446.491.728
Prestações suplementares		25.000.000	-
		<u>414.576.957</u>	<u>446.491.728</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		402.959.108	408.062.992
Amortizações de contratos de locação financeira		105.945	162.185
Juros e gastos similares		8.603.587	5.946.243
		<u>411.668.640</u>	<u>414.171.420</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>2.908.317</u>	<u>32.320.308</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>9.184.044</u>	<u>(17.157.572)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	<u>(30.131.904)</u>	<u>(12.974.332)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	<u>(20.947.860)</u>	<u>(30.131.904)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euro)

	Capital Social	Prestações suplementares	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
			Legais	Reavaliação	Outras			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	37.500.000	-	7.500.000	57.829	68.179.280	47.420.308	4.790.699	165.448.116
Aplicação do resultado líquido de 2010:								
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	4.790.699	(4.790.699)	-
Resultado líquido do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	(1.315.034)	(1.315.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	37.500.000	-	7.500.000	57.829	68.179.280	52.211.007	(1.315.034)	164.133.082
Aplicação do resultado líquido de 2011:								
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	(1.315.034)	1.315.034	-
Prestações Suplementares	-	25.000.000	-	-	-	-	-	25.000.000
Resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	(789.473)	(789.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	37.500.000	25.000.000	7.500.000	57.829	68.179.280	50.895.973	(789.473)	188.343.609

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. ("Empresa" ou "RAR Holding") é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 3 de dezembro de 1981 e que tem como atividade principal a gestão de participações noutras sociedades.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") em vigor em 1 de janeiro de 2012 tal como adotadas pela União Europeia.

Não existem IFRS, ou interpretações do IFRIC que sejam de aplicação efetiva nos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012 que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2. Investimentos em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativo fixo tangível

O ativo fixo tangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a

utilização esperada do ativo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média estimada:

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos tangíveis incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos ativos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do ativo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

#### 2.4. Ativo intangível

O ativo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O ativo intangível só é reconhecido se for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa o puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

#### 2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

##### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registrados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registradas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários, na demonstração da posição financeira.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## 2.8. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros ganhos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda e mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos com a venda.

Os ativos não correntes (e conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Adicionalmente, os ativos não correntes detidos para venda deixam de ser amortizados a partir da data em que são classificados como tal.

## 2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e ganhos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e ganhos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os ganhos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2009 a 2012 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação ao exercício em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.13. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

#### 2.14. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

#### 2.15. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros recorrendo, em determinadas situações, a instrumentos derivados de cobertura.

#### 3.1. Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude da possível

correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa apresenta um financiamento líquido de aproximadamente 23,5 milhões de Euros e 7,7 milhões de Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 17, 18, 19, 20 e 27) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2012. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o ganho ou gasto financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 viria aumentado em cerca de 6 milhares de Euros.

#### b) Risco de taxa de câmbio

Na sua atividade operacional, a Empresa realiza algumas transações expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transação da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente *forwards* de taxas de câmbio.

### 3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

A Empresa não apresenta um risco de crédito significativo na medida em que os seus clientes são, essencialmente, empresas do Grupo.

### 3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;

- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos (*worst case scenario*), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

#### 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem correções de erros fundamentais.

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>					
Saldo inicial	536.960	618.093	1.335.083	-	2.490.136
Adições	-	40.931	4.213	-	45.144
Alienações	-	-	(16.915)	-	(16.915)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	536.960	659.024	1.322.381	-	2.518.365
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:</b>					
Saldo inicial	102.882	332.196	1.090.516	-	1.525.594
Depreciação do exercício	53.696	122.489	50.993	-	227.178
Alienações	-	-	(14.608)	-	(14.608)
Saldo final	156.578	454.685	1.126.901	-	1.738.164
<b>Valor líquido</b>	<b>380.382</b>	<b>204.339</b>	<b>195.480</b>	<b>-</b>	<b>780.201</b>

<b>2011</b>					
	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Equipamento de transporte</b>	<b>Equipamento administrativo</b>	<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo bruto:</b>					
Saldo inicial	476.878	688.912	1.303.681	2.486	2.471.958
Adições	57.596	280.914	31.402	-	369.912
Alienações	-	(351.734)	-	-	(351.734)
Transferências	2.486	-	-	(2.486)	-
Saldo final	536.960	618.093	1.335.083	-	2.490.136
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:</b>					
Saldo inicial	54.009	532.361	1.002.548	-	1.588.918
Depreciação do exercício	48.873	151.569	87.968	-	288.410
Alienações	-	(351.734)	-	-	(351.734)
Saldo final	102.882	332.196	1.090.516	-	1.525.594
<b>Valor líquido</b>	<b>434.078</b>	<b>285.897</b>	<b>244.567</b>	<b>-</b>	<b>964.542</b>

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa e arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor líquido contábilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Equipamento de transporte	204.339	285.896
	<u>204.339</u>	<u>285.896</u>

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

<b>2012</b>		
	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo Bruto:</b>		
Saldo inicial	380.051	380.051
Adições	-	-
Saldo final	<u>380.051</u>	<u>380.051</u>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	380.051	380.051
Amortização do exercício	-	-
Saldo final	<u>380.051</u>	<u>380.051</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<b>2011</b>	
	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo Bruto:</b>		
Saldo inicial	380.051	380.051
Adições	-	-
Saldo final	380.051	380.051
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	379.503	379.503
Amortização do exercício	548	548
Saldo final	380.051	380.051
<b>Valor líquido</b>	-	-

## 7. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas do grupo e associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são os seguintes:

Empresas	Sede	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
		<b>% Capital detido</b>	<b>Valor de aquisição</b>	<b>% Capital detido</b>	<b>Valor de aquisição</b>
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	Porto	95,00	769.264	95,00	769.264
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	Funchal	100,00	-	100,00	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	Porto	100,00	250.000	100,00	250.000
Colep Portugal, S.A.	V. Cambra	60,00	52.742.294	60,00	52.742.294
COMP-RAR – Central de Compras, S. A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	V. Conde	100,00	5.607.698	100,00	5.607.698
RAR, S.A. (Suíça)	Genéve	100,00	1.185.711	100,00	1.185.711
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	Porto	100,00	8.358.116	100,00	8.358.116
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	Porto	95,00	4.750	95,00	4.750
RAR Imobiliária, S.A.	Porto	59,91	32.781.971	59,91	32.781.971
S.A.V. – Sociedade de Águas de Valadares, S.A.	Monção	67,34	47.327	67,34	47.327
RASO, SGPS, S.A.	Lisboa	50,00	12.500.000	50,00	12.500.000
			<u>114.397.131</u>		<u>114.397.131</u>

## 8. OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica “Outros investimentos” é composta essencialmente pelas seguintes participações:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
AEGP – Assoc. Escola de Gestão do Porto	49.880	49.880
APOR, S.A.	25.912	25.912
Copam, S.A.	1.467.198	1.467.198
Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD	123.618	123.618
SPIDOURO, S.A.	7.482	7.482
Outros	232.039	232.039
	<u>1.906.129</u>	<u>1.906.129</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos (Nota 25)	(232.040)	(232.040)
	<u>1.674.089</u>	<u>1.674.089</u>

## 9. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<b>Ativos por impostos diferidos</b>		<b>Passivos por impostos diferidos</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Diferença na base tributável de imobilizado	-	-	9.969	14.292
	-	-	9.969	14.292

O movimento ocorrido por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

	<b>Ativos por impostos diferidos</b>		<b>Passivos por impostos diferidos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Saldo inicial	-	277	14.292	20.626
Efeito em resultados (Nota 35):				
Diferença na base tributável de imobilizado	-	(277)	(4.323)	(6.334)
Sub-total	-	(277)	(4.323)	(6.334)
Saldo final	-	-	9.969	14.292

## 10. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
<b>Empréstimos a empresas do Grupo e associadas:</b>		
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	800.000	800.000
Colep Portugal, S.A.	22.000.000	22.000.000
S.A.V. – Sociedade de Águas de Valadares, Lda.	237.286	237.286
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	88.902.000	85.402.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	77.093.525	71.787.186
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	12.000.000
SIEL, SGPS, S.A.	4.659.000	4.659.000
Colep Zülpich GmbH	1.500.000	1.500.000
	207.191.181	198.385.472
Perdas de imparidade acumuladas em empréstimos (Nota 25)	(9.366.327)	(3.868.800)
	197.825.484	194.516.672

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de 77.093.525 Euros é relativo a empréstimos no valor de 54.023.066 GBP (equivalentes a 66.402.626 Euros) e a empréstimos no valor de 206.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de 71.787.186 Euros é relativo a empréstimos no valor de 55.622.866 GBP (equivalentes a 66.590.286 Euros) e a empréstimos no valor de 206.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Empréstimos a empresas do grupo e associadas” inclui as seguintes prestações suplementares:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	800.000	800.000
Colep Portugal, S.A.	10.000.000	10.000.000
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	12.000.000
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	13.578.000	7.603.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	10.690.900	4.990.900
S.A.V. – Sociedade de Águas de Valadares, Lda.	36.636	36.636
	<u>47.105.536</u>	<u>35.430.536</u>

## 11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Cientes, conta corrente (Nota 27)	324.639	318.602
	<u>324.639</u>	<u>318.602</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a antiguidade das dívidas é como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Saldo não vencido	307.240	318.602
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	17.399	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>324.639</u>	<u>318.602</u>

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	19.102	13.535
	<u>19.102</u>	<u>13.535</u>

## 13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Outros devedores	1.911	309.957
Adiantamentos a fornecedores	83.113	82.263
Empresas do Grupo e associadas (Nota 27)	93.354.259	93.840.443
	<u>93.439.283</u>	<u>94.232.663</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 25)	(17.458)	(17.458)
	<u>93.421.825</u>	<u>94.215.205</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a antiguidade das dívidas é como segue:

	<b><u>31.12.12</u></b>	<b><u>31.12.11</u></b>
Saldo não vencido	3.095.407	5.731.368
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	14.922.321	43.034.423
Entre 90 e 180 dias	27.923.716	15.254.411
Há mais de 180 dias	<u>47.480.382</u>	<u>30.195.003</u>
	<u>93.439.283</u>	<u>94.215.205</u>

#### 14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b><u>31.12.12</u></b>	<b><u>31.12.11</u></b>
Rendas a liquidar	33.237	29.854
Outros custos diferidos	<u>13.654</u>	<u>8.870</u>
	<u>46.891</u>	<u>38.724</u>

#### 15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<b><u>31.12.12</u></b>	<b><u>31.12.11</u></b>
Numerário	493	493
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38.916	9.027
Caixa e equivalentes de caixa	39.409	9.520
Descobertos bancários (Nota 17)	<u>(20.987.269)</u>	<u>(30.141.424)</u>
	<u>(20.947.860)</u>	<u>(30.131.904)</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

#### 16. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social está representado por 37.500.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

A SIEL, SGPS, S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2012.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do ativo fixo tangível efetuada nos termos da legislação aplicável.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Foi efetuada uma prestação suplementar de 25.000.000 de Euros aprovada em Assembleia Geral no dia 9 de novembro de 2012, pelo acionista SIEL, SGPS, S.A..



## 17. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Descobertos bancários (Nota 15)	20.987.269	30.141.424
Empréstimos bancários	2.500.000	5.000.000
	<u>23.487.269</u>	<u>35.141.424</u>

## 18. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012 os empréstimos obrigacionistas podem ser detalhados como segue:

Emissão obrigacionista	Valor nominal da emissão	Amortização	Valor no passivo		Vencimento
			Corrente	Não corrente	
	9.000.000	-	-	9.000.000	15.10.2019
				<u>9.000.000</u>	

Em 2012 foi efetuado um reembolso total antecipado do empréstimo obrigacionista no montante de 20 milhões de Euros, possibilidade que estava prevista contratualmente.

Em outubro de 2009 foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante global de 9.000.000 Euros e com vencimento em 15 de outubro de 2019. Os juros das obrigações vencem-se semestral e postecipadamente, com pagamento em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano.

## 19. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2012	-	120.599	-	110.752
2013	93.080	85.239	86.723	78.887
2014	86.277	78.451	82.702	75.268
2015	41.203	32.381	40.113	31.892
2016	<u>6.807</u>	<u>-</u>	<u>6.601</u>	<u>-</u>
	227.367	316.670	216.139	296.799
Juros futuros	<u>(11.288)</u>	<u>(19.871)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>216.139</u>	<u>296.799</u>	<u>216.139</u>	<u>296.799</u>
Componente de curto prazo			<u>(86.723)</u>	<u>(110.752)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>129.416</u>	<u>186.047</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2012, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

## 20. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

Emissão	Valor nom. da emissão	31.12.12			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Juros e comissões	
BPI (20M)					
81ª Emissão (*)	20.000.000		20.000.000	8.101	11.01.2013
Custos programa	-	-	-	(4.873)	
Ajuste cambial	-	-	(286.730)	-	-
Contrato Sindicato:					
Millennium BCP (30M)					
56ª Emissão	30.000.000	-	30.000.000	5.400	14.01.2013
Custos programa	-	-	-	(11.037)	
BPI (15M)					
56ª Emissão (*)	15.000.000	-	15.000.000	38.481	11.01.2013
Custos programa	-	-	-	(44.375)	
Ajuste cambial	-	-	(215.047)	-	-
Caixa BI (50M)					
52ª Emissão (*)	29.100.000	-	29.100.000	9.533	15.01.2013
53ª Emissão (*)	20.900.000	-	20.900.000	4.534	15.01.2013
Custos programa	-	-	-	(25.939)	
Ajuste cambial	-	-	(117.669)	-	-
Caixa Nova (10M)		10.000.00			
29ª Emissão	10.000.000	0	-	6.792	11.02.2013
Custos programa	-	-	-	(7.006)	
		10.000.00			
Valor nominal		0	114.380.554		
Juros e custos de emissão				(20.369)	
		10.000.00			
Valor contabilístico		0	114.360.185		

Emissão	Valor nom. da emissão	31.12.11			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Juros e comissões	
BPI (20M)					
71ª Emissão (*)	20.000.000	-	20.000.000	-	09.03.2012
Custos programa	-	-	-	(4.873)	
Ajuste cambial	-	-	530.348	-	-
Contrato Sindicato:					
Millennium BCP (30M)					
48ª Emissão	30.000.000	-	30.000.000	-	14.05.2012
Custos programa	-	-	-	(11.037)	
BPI (15M)					
46ª Emissão (*)	15.000.000	-	15.000.000	-	06.02.2012
Custos programa	-	-	-	(22.188)	
Ajuste cambial	-	-	430.983	-	-
Caixa BI (50M)					
37ª Emissão (*)	46.950.000	-	46.950.000	-	30.01.2012
40ª Emissão (*)	3.000.000	-	3.000.000	-	30.01.2012
Custos programa	-	-	-	(25.734)	
Ajuste cambial	-	-	1.939.154	-	-
Caixa Nova (10M)					
26ª Emissão	10.000.000	-	10.000.000	-	14.05.2012
Custos programa	-	-	-	(16.311)	
Valor nominal			127.850.485		
Juros e custos de emissão				(80.143)	
Valor contabilístico			127.770.342		

(\*)Financiamento em GBP. No final do exercício é efetuada a conversão de acordo com a taxa de câmbio nessa data.

O valor nominal apresentado corresponde ao saldo em dívida. O valor contabilístico corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos gastos associados à estrutura de financiamento e dos juros.

Os saldos das emissões de papel comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de programas de emissão de papel comercial:

Empresa	Montante total do programa	Validade
RAR Holding	30.000.000	Março de 2013
RAR Holding	20.000.000	Março de 2013
RAR Holding	50.000.000	Julho de 2013
RAR Holding	15.000.000	Agosto de 2013
RAR Holding	10.000.000	Outubro de 2013

À data da preparação destas demonstrações financeiras, com vista à substituição dos programas de papel comercial com vencimento em 2013, a empresa tinha já garantida a contratação de novas linhas no montante de 120 milhões de Euros, com maturidade de 3 anos.

De acordo com as condições dos contratos de programas, as emissões podem ser efetuadas até um ano, até ao limite do montante contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efetuar no âmbito dos referidos contratos de programas.

É intenção do Conselho de Administração utilizar os programas acima referidos num período superior a doze meses.

Em 31 de dezembro de 2012, os programas de papel comercial classificados como não correntes tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

<b>31.12.2012</b>	<b>2013</b>	<b>Total</b>
Amortização	125.000.000	125.000.000
Juros	65.227	65.227
	<u>125.065.227</u>	<u>125.065.227</u>

## 21. FORNECEDORES

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Fornecedores, conta corrente	<u>1.746.313</u>	<u>1.550.670</u>
	<u>1.746.313</u>	<u>1.550.670</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.2011</b>
Até 3 meses	1.731.946	1.289.860
Entre 3 e 4 meses	2.927	3.758
Há mais de 4 meses	<u>11.440</u>	<u>257.052</u>
	<u>1.746.313</u>	<u>1.550.670</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa.

## 22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	161.879	113.072
Contribuições para a segurança social	18.505	22.065
Retenções de imposto sobre o rendimento	<u>362.837</u>	<u>230.894</u>
	<u>543.221</u>	<u>366.031</u>

## 23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Empresas do Grupo e associadas (Nota 27)	60.480.891	46.448.291
Outros credores	<u>537</u>	<u>7.006</u>
	<u>60.481.428</u>	<u>46.455.297</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Sem vencimento	6.617.596	11.483.539
Com vencimento:		
Entre 0 e 90 dias	37.188.622	33.909.305
Entre 90 e 180 dias	7.595.210	1.062.398
Há mais de 180 dias	9.080.000	55
	<u>60.481.428</u>	<u>46.455.297</u>

## 24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acréscimos de custos:		
Juros a liquidar	130.215	892.853
Remunerações a liquidar	199.300	211.552
Outros custos a pagar	11.123	315.678
	<u>340.638</u>	<u>1.420.083</u>

## 25. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo inicial 31.12.11</b>	<b>Reforço</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final 31.12.12</b>
Perdas de imparidade acumuladas em empréstimos (Nota 10)	3.526.000	5.497.527	-	9.366.327
Perdas de imparidade acumuladas em outras dív. de terceiros (Nota 13)	17.458	-	-	17.458
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 8)	232.040	-	-	232.040
	<u>4.118.298</u>	<u>5.497.527</u>	<u>-</u>	<u>9.615.825</u>

As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do correspondente ativo.

## 26. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
EDP	1.272	1.272
Repartição Finanças 6º Bairro	474.688	327.356
	<u>475.960</u>	<u>328.628</u>

## 27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2012 e 2011 podem ser detalhados como segue:

<b>Transações:</b>	<b>Vendas e prestações de serviços</b>		<b>Compras e serviços obtidos</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	270.994	275.834	-	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	229.405	253.182
Colep Portugal, S.A.	3.013.881	3.283.904	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	1.486	1.493
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	123.758	142.137	802	1.351
RAR Imobiliária, S.A.	56.581	88.830	400.019	368.975
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	41.184	71.825	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	34.543	33.931
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	-	637.231
Vitacress Salads, Ltd	-	350.367	-	-
Vitacress Limited	1.007.144	840.977	-	-
	<b>4.513.542</b>	<b>5.053.874</b>	<b>666.255</b>	<b>1.296.163</b>

<b>Transações:</b>	<b>Juros debitados</b>		<b>Juros suportados</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	-	-	809.100	370.739
Acembex España, S.L.	-	-	107.237	108.205
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	19.691	9.457
Colep Portugal, S.A.	685.092	504.990	3.030.634	1.799.387
Colep UK Limited	-	-	247.762	145.370
Colep Zülrich GmbH	133.837	-	-	-
Colep Polska, Sp. Z.o.o.	-	-	497.739	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	6.930	4.498
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	4.357.529	3.291.063	-	-
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	4.830.024	2.895.225	-	-
Iberian Salads Agricultura, S.A.	107.808	80.738	-	-
Imochaf – Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	8.567	1.398
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	29.940	10.028	8.323	2.662
RAR Imobiliária, S.A.	1.410.425	323.402	-	-
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	2.068.447	1.764.173	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	8.893	8.678
RAR, S.A. (Suíça)	-	-	39.484	-
RASO, SGPS, S.A.	349.120	147.592	-	-
SAV – Sociedade Águas de Valadares, Lda.	15.505	11.285	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	818.028	478.212	-	-
Socoleste – Soc. Promoção e Inv. Imob., S.A.	-	-	8.080	6.657
Vitacress -Comer. Produtos Hortícolas, S.A.	1.539	20.617	-	6
Vitacress Limited	-	578	-	-
Wight Salads Group, Ltd.	-	714	-	-
	<b>14.807.294</b>	<b>9.528.617</b>	<b>4.792.440</b>	<b>2.457.057</b>

<b>Saldos:</b>	<b>Contas a receber</b>		<b>Contas a pagar</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acembex España, S.L.	-	-	-	67.269
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	26.509	19.310
Colep Portugal, S.A.	-	-	1.566.493	1.020.355
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	1.142	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	38.055	39.444	1.017	1.079
RAR Imobiliária, S.A.	34.797	3.148	686	276
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	-	-	-	282
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	6.069	1.269
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	17.144	37.387
Vitacress Limited	251.787	279.158	635	-
	<b>324.639</b>	<b>322.892</b>	<b>1.618.553</b>	<b>1.147.227</b>

<b>Saldos:</b>	<b>Empréstimos obtidos</b>		<b>Empréstimos concedidos</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	26.620.000	24.120.000	-	-
Acembex España, S.L.	3.420.000	5.780.500	-	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	350.000	190.000	800.000	800.000
Colep Portugal, S.A.	4.695.000	9.500.000	22.000.000	22.000.000
Colep UK Limited	4.349.957	4.190.111	-	-
Colep Zülrich GmbH	-	-	2.350.000	1.500.000
Colep Polska, Sp. Z.o.o.	15.260.000	-	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	104.500	133.000	-	-
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	-	-	88.920.844	85.418.500
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	-	-	87.638.548	83.027.379
Iberian Salads Agricultura, S.A.	-	-	1.987.000	357.000
Imochaf – Sociedade Imobiliária, S.A.	152.000	170.000	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	1.700.000	-	-	180.000
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	26.388.500	17.296.500
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	-	-	16.950.000	35.900.000
RAR, S.A. (Suíça)	900.000	850.000	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	139.000	220.000	-	-
RASO, SGPS, S.A.	-	-	19.800.000	16.300.000
SAV – Sociedade Águas de Valadares, Lda.	-	-	271.286	264.786
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	15.911.500	12.193.000
Socoleste – Soc. Prom. e Inv. Imob., S.A.	140.000	157.000	-	-
Vitacress-Comerc. Produtos Hortícolas, S.A.	-	-	-	482.000
	<b>57.830.457</b>	<b>45.310.611</b>	<b>283.017.678</b>	<b>275.719.165</b>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos concedidos, incluem as prestações suplementares nos montantes de 47.105.536 Euros e 35.430.536 Euros, respetivamente (nota 10).

<b>Saldos:</b>	<b>Outras dívidas a receber</b>		<b>Outras dívidas a pagar</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.397	168.130	566.030	234.691
Acembex Espanha, S.L.	-	-	69.980	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	821	1.664	12.030	6.100
Colep Portugal, S.A.	371.967	286.652	81.223	-
Colep UK Limited	-	-	133.789	82.082
Colep Zülrich GmbH	69.945	8.355	-	-
Colep Polska, Sp. Z.o.o.	-	-	343.574	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	3.632	2.300
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	6.067.077	6.756.547	-	-
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	8.050.030	7.408.941	-	-
Iberian Salads Agricultura, S.A.	46.424	41.119	-	-
Imochaf – Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	1.211	1.398
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	16.541	4.288	4.737	-
RAR Imobiliária, S.A.	797.956	249.540	-	-
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	1.164.196	962.180	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	151	210	4.479	4.705
RAR, S.A. (Suíça)	-	-	37.876	-
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	139.409	42.159	-	-
SAV – Sociedade Águas de Valadares, Lda.	14.583	6.335	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	787.505	560.819	1.387.741	802.924
Socoleste – Soc. Prom. e Inv. Imob., S.A.	-	-	4.132	3.425
Vitacress Salads, Ltd.	-	-	-	55
Vitacress-Comerc. Produtos Hortícolas, S.A.	-	9.255	-	-
Wight Salads Group, Ltd.	390	975	-	-
	<b>17.528.392</b>	<b>16.507.169</b>	<b>2.650.434</b>	<b>1.137.680</b>

<b>Empréstimos concedidos:</b>	<b>Saldo 31.12.11</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.12</b>
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	800.000	-	-	800.000
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	77.815.500	168.000	(2.640.657)	75.342.843
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	7.603.000	5.975.000	-	13.578.000
Colep Portugal, S.A.	12.000.000	-	-	12.000.000
Colep Portugal, S.A.	10.000.000	-	-	10.000.000
Colep Zülrich GmbH	1.500.000	1.650.000	(800.000)	2.350.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	214.000	13.500	(9.500)	218.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	4.990.900	5.700.000	-	10.690.900
Iberian Salads Agricultura, S.A.	357.000	7.835.000	(6.205.000)	1.987.000
RAR Imobiliária, S.A.	17.296.500	26.388.500	(17.296.500)	26.388.500
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	180.000	4.290.000	(4.470.000)	-
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	35.900.000	62.210.000	(81.160.000)	16.950.000
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	-	-	12.000.000
RASO, SGPS, S.A.	4.300.000	9.550.000	(6.050.000)	7.800.000
SAV – Sociedade Águas de Valadares, Lda.	228.149	34.000	(27.500)	234.650
SAV – Sociedade Águas de Valadares, Lda.	36.636	-	-	36.636
SIEL, SGPS, S.A.	12.193.000	11.252.500	(7.534.000)	15.911.500
Vitacress - Comerc. Produtos Hortícolas, S.A.	482.000	-	(482.000)	-
	<b>197.896.685</b>	<b>135.066.500</b>	<b>(126.675.157)</b>	<b>206.288.029</b>



Para além dos empréstimos acima mencionados, a empresa concedeu à Iberholding – Prestações de Serviços, S.A. empréstimos em Libras cujo detalhe é como segue:

	<b>Saldo 31.12.11</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Ajuste cambial</b>	<b>Saldo 31.12.12</b>
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	77.822.480	20.213.232	(22.689.853)	1.383.788	76.729.647
	<u>77.822.480</u>	<u>20.213.232</u>	<u>(22.689.853)</u>	<u>1.383.788</u>	<u>76.729.647</u>

<b>Empréstimos obtidos:</b>	<b>Saldo 31.12.11</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Ajuste cambial</b>	<b>Saldo 31.12.12</b>
Acembex – Com. e Serviços, Lda.	24.120.000	132.489.000	(129.989.000)	-	26.620.000
Acembex España, S.L.	5.780.500	15.562.839	(17.923.339)	-	3.420.000
Centrar – Centro Serviços de Gestão, S.A.	190.000	715.000	(555.000)	-	350.000
Colep Portugal, S.A.	9.500.000	89.053.604	(93.858.604)	-	4.695.000
Colep UK Limited	4.190.111	4.398.960	(4.190.111)	(49.003)	4.349.957
Colep Polska, Sp. Z.o.o.	-	15.260.000	-	-	15.260.000
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	133.000	113.000	(141.500)	-	104.500
Imochaf – Sociedade Imobiliária, S.A.	170.000	298.000	(316.000)	-	152.000
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	5.580.000	(3.880.000)	-	1.700.000
RAR, S.A. (Suíça)	850.000	900.000	(850.000)	-	900.000
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	220.000	685.000	(766.000)	-	139.000
Socoleste – Soc. Prom. Invest. Imob. S.A.	157.000	141.000	(158.000)	-	140.000
	<u>45.310.611</u>	<u>265.196.403</u>	<u>(252.627.554)</u>	<u>(49.003)</u>	<u>57.830.457</u>

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Remuneração fixa	1.512.145	1.056.160
Remuneração variável	172.105	335.538
	<u>1.684.250</u>	<u>1.391.698</u>

## 28. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços nos exercícios de 2012 e 2011 foram como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Mercado interno (Nota 27)	3.506.398	3.862.530
Mercado externo (Nota 27)	1.007.144	1.191.344
	<u>4.513.542</u>	<u>5.053.874</u>

## 29. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros rendimentos operacionais nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	33	22.993
Descontos pronto pagamento	25	-
Outros	839	3.620
	<u>897</u>	<u>26.613</u>

### 30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2012 e 2011, pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Rendas e alugueres	400.869	377.832
Deslocações e estadas	707.866	671.056
Honorários	90.201	87.059
Publicidade e propaganda	29.256	56.974
Vigilância e segurança	68.037	68.180
Trabalhos especializados	505.316	752.336
Outros	175.490	190.237
	<u>1.977.035</u>	<u>2.203.674</u>

### 31. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Remunerações órgãos sociais	1.390.310	1.391.698
Remunerações do pessoal	692.140	718.410
Encargos sobre remunerações	203.547	204.571
Seguros	5.193	5.199
Encargos com saúde	45.689	49.074
Outros gastos com pessoal	78.145	67.582
	<u>2.415.024</u>	<u>2.436.534</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011 o número médio do pessoal foi de 25 e 26, respetivamente.

### 32. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Impostos	12.103	35.372
Quotizações	20.600	21.900
Donativos	10.000	21.745
Multas e penalidades	208	922
Outros	647	336.622
	<u>43.558</u>	<u>416.561</u>

### 33. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	2.057.407	1.794.667
Relativos a papel comercial	2.042.792	2.287.702
Relativos a empresas do Grupo (Nota 27)	4.792.440	2.457.058
Relativos a contratos de locação financeira	9.080	8.006
	<u>8.901.719</u>	<u>6.547.433</u>
Diferenças de câmbio	16.049.569	11.365.474
Outros gastos e perdas financeiras	<u>569.653</u>	<u>432.710</u>
	25.520.941	18.345.617
Resultados financeiros	<u>5.151.178</u>	<u>2.318.483</u>
	<u>30.672.119</u>	<u>20.664.100</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos:		
Empresas do Grupo (Nota 27)	14.807.294	9.526.035
Outros	1.560	1.018
Diferenças de câmbio	<u>15.863.265</u>	<u>11.137.047</u>
	<u>30.672.119</u>	<u>20.664.100</u>

Os valores relativos a diferenças de câmbio são devidos aos empréstimos concedidos e obtidos em moeda estrangeira (Notas 20 e 27).

### 34. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a empresas do Grupo e associadas têm a seguinte composição:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Resultados relativos a empresas do Grupo e associadas:		
Dividendos	1.182.719	1.006.943
Aumentos/Diminuições em investimentos	(5.497.527)	(3.526.000)
Outros	-	-
	<u>(4.314.808)</u>	<u>(2.519.057)</u>

### 35. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhados como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Imposto corrente	1.481.810	855.276
Imposto diferido (Nota 9)	<u>(4.323)</u>	<u>(6.057)</u>
	<u>1.477.487</u>	<u>849.219</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Resultado antes de impostos	688.014	(465.815)
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	-	-
Resultado base para cálculo de imposto	688.014	(465.815)
Réditos não tributáveis:		
Mais-valias contabilísticas	-	(22.993)
Eliminação da dupla tributação económica	(1.182.719)	(840.694)
Benefícios fiscais	(9.600)	(13.373)
Outros	(33)	-
	<u>(1.192.352)</u>	<u>(877.060)</u>
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Depreciações e amortizações não aceites como gastos	80.471	96.256
Multas e coimas	208	922
Mais-valias fiscais	-	11.496
Constituição de provisões	5.497.527	3.526.000
Outros	3.711	335.376
	<u>5.581.917</u>	<u>3.970.050</u>
Resultado tributável	5.077.579	2.627.175
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal		
Taxa reduzida	-	-
Taxa normal	26,5%	26,5%
Imposto calculado	1.345.558	696.201
Derrama estadual	107.327	15.680
Tributação autónoma	55.447	142.655
(Insuficiência)/Excesso de estimativa para imposto	(26.522)	740
Impostos diferidos	<u>(4.323)</u>	<u>(6.057)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>1.477.487</u>	<u>849.219</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em gastos no exercício de 2012, o montante de 1.387.741 Euros, por contrapartida de conta a pagar à SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

### 36. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
<b>Resultado:</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	<u>(789.473)</u>	<u>(1.315.034)</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>(789.473)</u>	<u>(1.315.034)</u>
<b>Número de ações:</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	<u>37.500.000</u>	<u>37.500.000</u>
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>37.500.000</u>	<u>37.500.000</u>

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2012 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

38. DIVIDENDOS

Relativamente ao exercício de 2012, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício seja integralmente transferido para resultados transitados.

Porto, 15 de março de 2013

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva

João Alberto de Lima Martins Pereira

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

# ***Certificação Legal das Contas***

## ***Introdução***

1 Examinámos as demonstrações financeiras da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 408.528.771 euros e um total de capital próprio de 188.343.609 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 789.473 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

## ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## ***Opinião***

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

## ***Relato sobre outros requisitos legais***

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

8 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.



## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## ***Relatório e Parecer do Fiscal Único***

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de RAR – Sociedade de Controle (*Holding*), S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, [a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis (só aplicável no caso das individuais).

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do (Conselho de Administração, Direção ou Gerência) e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração, e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

8 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.